

descritos - à proposta de uma nova forma de organização do trabalho escolar e, conseqüentemente, às relações sociais existentes em seu interior, sugerido pela pesquisadora durante as várias etapas da pesquisa.

Nesse capítulo final destacamos, o papel e a importância do Ensino de Ciências implementado no interior das 4as séries A-B e C, enquanto instrumento fomentador, fortalecer e estabelecido do processo de mudança.

Constitui-se um recurso através do qual as mudanças nas relações sociais e a reorganização do trabalho pedagógico foram facilitadas e fortalecidas, permitindo gradativamente uma outra possibilidade de prática pedagógica baseada em relações sociais de tipo novo, onde o coletivismo, a igualdade, a solidariedade e a participação ativa de alunos e professor substituem as conhecidas relações sociais hierárquicas, individualistas, concorrências e de passividade que fundamentam a escola existente.

Ao longo das considerações finais, acreditamos válido ainda apontarmos para os limites do trabalho desenvolvido, uma vez que se apresentam, a nosso ver, como pistas em potencial para um possível avanço no processo de superação da atual forma de organização do trabalho pedagógico na escola.

Palmitando os rastros de nossa própria história pessoal ao longo dessa caminhada acreditamos possível encontrar caminhos que conduzam a uma história social mais digna.

O trabalhador e o processo saúde-doença: a mediação político-pedagógica da CIPA

Rodolfo de Braga Almeida

Orientadora: Lucília Regina de Souza Machado
Data da Defesa: 2/10/92

Enfocando a Comissão Interna de Prevenção de acidentes - CIPA, como um instrumento mediador da relação entre o trabalhador e o processo saúde-doença, procura-se, com um breve histórico das questões da saúde em sua relação com o trabalho, construir um referencial teórico, mais geral, daquela relação. Realiza-se um estudo bibliográfico e uma análise da proposta da Comissão Interna, em sua evolução em alguns países, onde elementos importantes daquela dinâmica e suas atuais tendências são apontados. Analisam-se as regulamentações e a aplicação da CIPA buscando a caracterização do seu perfil mediador e educativo, enriquecido pela análise do debate entre, representantes dos trabalhadores, dos empresários e do Estado. Através da análise das entrevistas realizadas, junto a profissionais que realizam atividades educativas com a CIPA e os seus membros, construiu-se uma visão do processo pedagógico voltado para os trabalhadores-cipeiros e uma ava-

liação da CIPA enquanto instrumento de mediação daqueles trabalhadores diante do processo saúde-doença. Destaca-se entre outros, como importantes nesta mediação, o controle legal e patronal sobre as condições de interferência dos trabalhadores no processo saúde-doença, e a predominância da concepção do "Ato Inseguro" no campo das idéias acerca da saúde e da doença, veiculada através da CIPA. Identificam-se como formadores de um sujeito-trabalhador, ativo diante o processo saúde-doença, alguns fatores, tais como as relações de trabalho mais democráticas, a presença sindical no trato das questões de saúde e segurança do trabalho, as novas concepções e métodos como o "Mapa de Riscos", as estratégias educativas que incorporam a política e a organização; e ressalta-se a necessidade de reverter a negatividade educativa de outros fatores tais como a ambigüidade entre técnicas e política nas regulamentações legais da CIPA e a ética ultrapassada da "opção a priori" nas relações de trabalho como condição ao trabalho insalubre.

TV pública - a democracia no ar

Maria Regina de Paula Mota

Orientador: Carlos Roberto Jamil Cury
Data de Defesa: 13/11/92

No Brasil o debate sobre a TV Pública praticamente inexistente. O sistema de radiodifusão, organizado nos últimos 40 anos, privilegiou a exploração comercial pela iniciativa privada. A partir da década de 60, desenvolveu-se, também, um sistema de televisão educativa estatal.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 instituiu o sistema público de televisão de forma complementar aos sistemas privados e estatal. Este instituto é desconhecido por boa parte dos seus destinatários, possíveis exploradores e, até mesmo, pelos legisladores responsáveis por sua regulamentação.

Este estudo examina primeiramente a legislação da radiodifusão no Brasil e a dinâmica de seus agentes na definição do modelo atual. Num segundo momento, refaz o percurso da emergência do "público" nas manifestações pro-democratização dos meios de comunicação em torno da Assembléia Constituinte de 1987 - 1988, através da análise de documentos e da Leitura de seus Anais.

Por fim, reflete sobre as questões conceituais que desafiam a operacionalização de um sistema público de televisão: o papel do Estado na garantia de sua existência; o papel da sociedade civil organizada na participação e no controle do atendimento ao interesse coletivo, geral ou público, respeitando a sua diversidade.